

DEVELOPPEMENT DES ÉCOSYSTÈMES NATIONAUX DE VOLONTARIAT EN AFRIQUE

RESUMO:

QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO DE MISSÕES DE VOLUNTARIADO NACIONAIS E INTERNACIONAIS



TABLE OF CONTENTS

INTRODUÇÃO	05
1. CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO	07
1.1. Os desafios do voluntariado em África	08
1.2. O programa DENVA: quadro e governação	08
1.3. Porquê um quadro harmonizado?	09
2. QUADRO CONCEITUAL	11
2.1. Definição e características do voluntariado	12
2.2. A missão do voluntariado: estrutura e objetivos	12
2.3. Criação de missões: processo e desafios	12
2.4. Critérios para uma missão de voluntariado bem-sucedida	13
2.5. Organizações de acolhimento: tipos e funções	13
3. METODOLOGIA PARA A CRIAÇÃO DE MISSÕES	15
3.1. Visão geral do processo	16
3.2. Etapa 1: Identificar necessidades e analisar prioridades	17
3.3. Etapa 2: Identificação e avaliação das organizações de acolhimento	17
3.4. Etapa 3: Dimensionamento e estruturação da missão	18
3.5. Etapa 4: Contratualização	19
4. PARTES INTERESSADAS E GOVERNANÇA	23
5. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA	25
5.1. Objetivos da atualização	26
5.2. Partes interessadas na atualização	26
5.3. Metodologia de avaliação	27
5.4. Procedimento de atualização	28
CONCLUSÃO	30



Objetivo do documento

Este documento resume o Quadro de Referência para a Criação de Missões Voluntárias, desenvolvido no âmbito do programa DENVA. Este quadro de referência, resultado de um esforço colaborativo entre 12 países africanos, propõe uma metodologia harmonizada para a conceção, estruturação e implementação de missões voluntárias de alta qualidade.

Este resumo abrange os elementos-chave do quadro de referência original, tornando-os acessíveis tanto aos decisores como aos profissionais no terreno. Mantém a lógica do documento original, oferecendo uma leitura mais condensada.

Âmbito e ambição

O quadro de referência faz parte de um esforço para profissionalizar o voluntariado em África. Responde a uma observação comum: as práticas atuais para a criação de missões baseiam-se frequentemente em conhecimentos empíricos transmitidos informalmente, que não são muito formalizados e são difíceis de transferir de um contexto para outro.

A ambição é tripla. Em primeiro lugar, clarificar os processos, definindo com precisão os papéis, as responsabilidades e os limites de cada interveniente. Em segundo lugar, profissionalizar o envolvimento, promovendo o voluntariado como uma contribuição estruturada e mensurável para o desenvolvimento. Por último, harmonizar as práticas a nível continental, respeitando as especificidades nacionais.

Público-alvo

Este resumo destina-se a técnicos de agências nacionais de voluntariado responsáveis pelo desenvolvimento estratégico e operacional, responsáveis pelo desenvolvimento que trabalham em organizações interessadas em integrar o voluntariado nos seus programas, gestores de ONG e associações que criam projetos/programas de voluntariado, bem como formadores e coaches que trabalham no setor.





1 _____

CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

1.1. Os desafios do voluntariado em África

A África está a passar por uma grande transição demográfica. A sua população jovem e em rápida expansão enfrenta múltiplos desafios: acesso limitado ao emprego, necessidade de competências adequadas ao mercado de trabalho, aspirações de mobilidade e desejo de envolvimento cívico. Neste contexto, o voluntariado institucional está a emergir como uma resposta inovadora que combina desenvolvimento pessoal, utilidade social e capacitação local.

O voluntariado representa uma tripla alavanca estratégica para o continente. Para os jovens, oferece um caminho para a aquisição de competências, experiência profissional e empregabilidade. Para as comunidades,

proporciona recursos humanos empenhados no desenvolvimento local. Para os governos, é um instrumento de política pública que contribui para a coesão social e a consecução dos objetivos de desenvolvimento.

No entanto, os programas nacionais de voluntariado existentes sofrem de falta de coordenação, harmonização e reconhecimento mútuo. Esta fragmentação limita o impacto coletivo do voluntariado africano e reduz as oportunidades de mobilidade intra-africana para os jovens voluntários. Os guias e procedimentos existentes são geralmente concebidos para contextos organizacionais ou nacionais específicos e não são facilmente transferíveis para outros ambientes.

1.2. O programa DENVA: quadro e governação

O programa Desenvolvimento de Ecossistemas Nacionais de Voluntariado em África, lançado em fevereiro de 2024 em Lomé, visa transformar o voluntariado institucional em África. O seu objetivo é tornar o voluntariado uma alavanca estratégica para o desenvolvimento humano, a coesão social e a empregabilidade dos jovens.

O programa é financiado em 83% pelo Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros francês. A sua implementação está a cargo de um consórcio de Agências/Programas Nacionais de Voluntariado (A/PNV) coordenado pela France Volontaires, em parceria com a Agência Nacional de Voluntariado do Togo. Esta configuração assegura uma ligação entre a experiência internacional e as raízes regionais.

O programa está estruturado em torno de quatro áreas estratégicas complementares. A primeira área, liderada pela Costa do Marfim, apoia o envio de voluntários através de um

mecanismo de convocatória de projetos inovadores. A segunda área, liderada pelo Togo, visa profissionalizar as profissões de engajamento por meio de intercâmbios profissionais, workshops temáticos e o envio de voluntários internacionais para apoiar as agências nacionais. A terceira área, liderada pelo Benim, fortalece a cooperação entre os programas nacionais com base em um estudo jurídico sobre as condições de mobilidade e convocações de projetos para missões Sul-Sul e Sul-Norte. A quarta área, liderada pelos Camarões, desenvolve a defesa institucional para o reconhecimento do voluntariado nas políticas públicas.

A governação baseia-se num comité operacional do consórcio das Agências Nacionais de Voluntariado e na coordenação técnica para cada área, garantindo a tomada de decisões coletivas e a coordenação contínua.

1.3. Porquê um quadro harmonizado?

Atualmente, as organizações de voluntariado africanas implementam processos baseados nas suas experiências internas ou inspirados em modelos organizacionais internacionais. Embora eficazes a nível local, estas abordagens têm várias limitações. Baseiam-se em conhecimentos empíricos transmitidos informalmente. Raramente são formalizadas em documentos metodológicos reproduzíveis. São difíceis de transpor para outros ambientes, limitando as oportunidades de aprendizagem mútua.

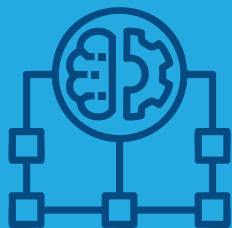
Esta situação contribui para abrandar o desenvolvimento qualitativo do voluntariado africano e limita o seu reconhecimento como uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento socioeconómico.

O quadro harmonizado oferece quatro vantagens estratégicas. Clarifica os processos para evitar mal-entendidos entre as partes interessadas e garantir uma compreensão comum das questões em jogo. Profissionaliza o envolvimento, reforçando a credibilidade das agências nacionais junto

dos seus parceiros técnicos e financeiros. Valoriza sistematicamente as experiências dos voluntários, estruturando o diálogo em torno das necessidades, competências e expectativas de todas as partes envolvidas. Harmoniza as práticas em todo o continente, servindo de base comum para a formação de supervisores e facilitando o intercâmbio de experiências entre os países parceiros.

O desenvolvimento do quadro de referência baseou-se numa abordagem participativa enraizada na experiência no terreno. Uma análise preparatória das práticas nacionais permitiu reunir informações detalhadas e comparáveis sobre os processos de criação de missões nos 12 países. Um workshop regional para o desenvolvimento coletivo, organizado em abril de 2025 em Lomé, reuniu 18 participantes em representação das agências nacionais para coproduzir o conteúdo do quadro de referência. Esta abordagem e a garante que o quadro de referência reflete com precisão as necessidades, os constrangimentos e as inovações dos profissionais do voluntariado.







2 --- QUADRO CONCEITUAL

O desenvolvimento de uma missão de voluntariado baseia-se num entendimento comum dos conceitos fundamentais. Esta secção fornece definições harmonizadas com base numa análise das práticas dos países parceiros do programa DENVA.

2.1. Definição e características do voluntariado

O voluntariado refere-se a um compromisso livre e altruísta com o interesse público. Caracteriza-se por quatro elementos fundamentais: liberdade de compromisso, o que implica que não há coação na decisão de se comprometer; desinteresse, o que implica a ausência de remuneração salarial, apesar de possíveis subsídios de subsistência; utilidade social, através da contribuição para causas de interesse geral em setores prioritários, como a educação, a saúde ou o ambiente;

e supervisão institucional, garantindo a qualidade e a segurança das intervenções no âmbito de organizações estruturadas. Nos países da DENVA, coexistem duas formas principais: o voluntariado nacional, que mobiliza voluntários qualificados, o envolvimento cívico e os cidadãos seniores, e o voluntariado internacional, que promove o intercâmbio intercultural e a cooperação Sul-Sul ou Sul-Norte.

2.2. A missão do voluntariado: enquadramento e objetivos

O voluntariado é um compromisso formal, a tempo inteiro ou a tempo parcial e por um período limitado, para servir causas de interesse geral num quadro organizado. É uma atividade não remunerada, realizada livremente, que contribui para iniciativas sociais, educativas, humanitárias, culturais ou ambientais, sem substituir o emprego remunerado. Tem três objetivos estratégicos. Para o voluntário, oferece uma oportunidade

de desenvolver competências, adquirir experiência profissional e melhorar a empregabilidade. Para a organização de acolhimento, proporciona o reforço das capacidades, competências complementares e um impulso à moral da equipa. Para a sociedade, contribui para a coesão social, a implementação de políticas públicas e a promoção de valores de solidariedade e de compromisso cívico.

2.3. Criação de missões: processo e desafios

A definição das atribuições é um processo participativo através do qual os envolvidos no voluntariado identificam, concebem, estruturam e formalizam as atribuições dos voluntários. Este processo visa otimizar a correspondência entre as necessidades das organizações de acolhimento, as competências dos voluntários e os objetivos de desenvolvimento pretendidos.

Este processo é uma ferramenta de planeamento operacional que liga as várias funções da gestão do voluntariado: recrutamento, formação, apoio e acompanhamento/avaliação. É também uma alavanca estratégica para otimizar a afetação de recursos numa abordagem de desenvolvimento sustentável.

Quatro princípios orientadores informam a conceção das missões. A co-construção significa que todas as partes interessadas participam ativamente na definição das missões e na forma como estas são realizadas.

O alinhamento estratégico garante que as missões estão em consonância com as prioridades nacionais de desenvolvimento e respondem às necessidades locais identificadas através de um processo participativo. A qualidade exige que cada missão cumpra critérios de excelência que garantam o seu impacto social e valor acrescentado para todas as partes interessadas. A sustentabilidade garante que as missões contribuem para transformações estruturais para além do período de envolvimento do voluntário.

2.4. Critérios para uma missão de voluntariado bem-sucedida

Uma análise das melhores práticas identifica dez critérios fundamentais para o sucesso de uma missão de voluntariado, validados coletivamente pelos profissionais. Três critérios estão relacionados com a concepção: a missão deve ser co-construída e desejada por todas as partes interessadas, a organização anfitriã deve reconhecer o processo de formação do voluntário e a missão deve complementar o trabalho remunerado, sem o substituir. Três critérios estão relacionados com a capacidade

de acolhimento: adequação dos recursos disponíveis, correspondência entre o perfil do voluntário e as atividades planeadas e realismo da duração em relação aos objetivos. Dois critérios estão relacionados com o apoio: nomeação de um mentor e consideração geral do indivíduo. Dois critérios estão relacionados com o impacto: transformação duradoura para todas as partes interessadas e efeito de alavancagem na carreira do voluntário.

2.5. Organizações de acolhimento: tipos e funções

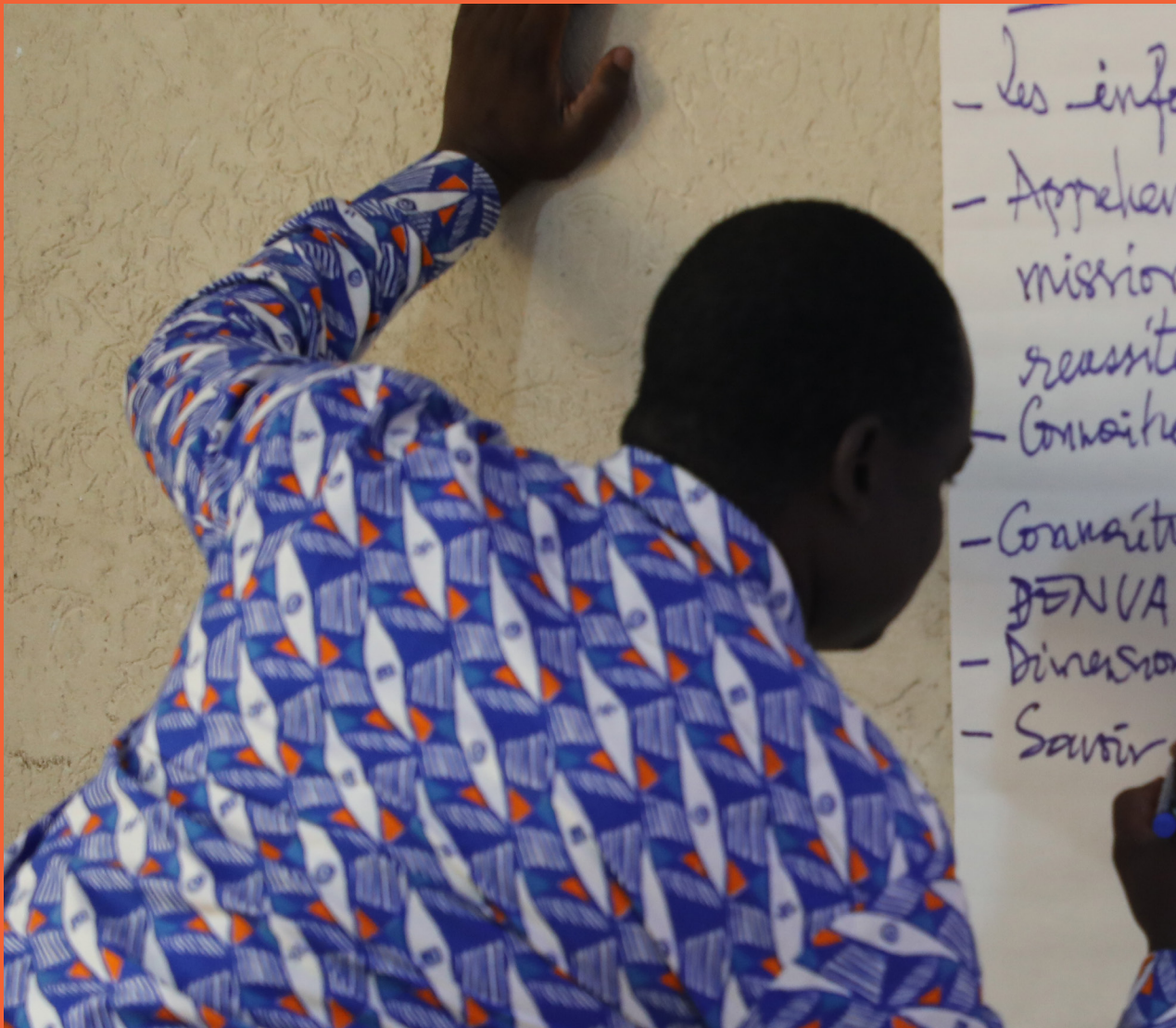
As organizações de acolhimento são organizações públicas ou sem fins lucrativos que identificam as necessidades dos voluntários e proporcionam um ambiente adequado para a realização de missões de interesse geral. São os parceiros operacionais essenciais do programa de voluntariado.

locais, estabelecimentos de ensino e de saúde, organizações não governamentais, associações locais, cooperativas e empresas sociais. Cada tipo de organização tem características específicas em termos de capacidade, recursos disponíveis e modalidades de supervisão.

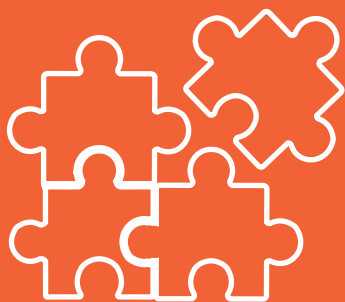
A diversidade das organizações de acolhimento reflete a variedade de setores em que o voluntariado se desenvolve. Incluem administrações públicas, autoridades

Esta compreensão conceptual partilhada constitui a base de todo o processo de criação de missões de voluntariado descrito nas secções seguintes.





- Les info
- Appeler mission réussit
- Connaître
- Connaître DENVA
- Dimension
- Savoir



ormations sur la mission
ider le contexte de la
n et les conditions de
e de la mission.
e FV et l'Histoire du volontariat
e davantage le programme
nnement de la mission.

3

METODOLOGIA DE CRIAÇÃO DE MISSÕES



A criação de uma missão de voluntariado é um processo estruturado que transforma a identificação de uma necessidade social numa missão operacional, supervisionada e com impacto. Esta secção descreve o processo harmonizado validado coletivamente pelos países parceiros do programa DENVA.

3.1. Visão geral do processo

O processo de desenvolvimento da missão está estruturado em torno de quatro etapas principais, divididas em quinze fases operacionais. Esta estrutura fornece uma metodologia que pode ser adaptada às circunstâncias nacionais específicas, garantindo ao mesmo tempo a coerência global.

A primeira etapa centra-se na identificação de questões e na análise de necessidades relacionadas com setores prioritários e estratégicos. Compreende quatro fases:

- identificar e analisar prioridades em relação às políticas locais e nacionais,
- determinação de oportunidades para intervenção voluntária,
- análise da viabilidade e desenvolvimento do projeto de voluntariado, e
- mobilização de recursos.

A segunda etapa envolve a identificação

das organizações de acolhimento. Também consiste em quatro fases:

- mobilizar potenciais organizações de acolhimento,
- reunir os requisitos da missão,
- avaliar a capacidade de acolhimento das organizações requerentes e
- avaliação aprofundada das capacidades de acolhimento e da relevância da missão.

A terceira etapa trata do âmbito da missão. Consiste em cinco fases:

- estruturar as missões,
- conceção do sistema de monitorização e apoio,
- implementação do sistema de monitorização e avaliação,
- formulação de fichas de missão contextualizadas e
- elaboração de um calendário de implantação.

A quarta etapa finaliza o processo através da contratualização. É composta por duas fases:

- a repartição dos compromissos das partes interessadas e
- a assinatura de acordos com as organizações anfitriãs e os parceiros.

Cada etapa determina a qualidade das seguintes. O rigor aplicado desde o momento em que as necessidades são identificadas determina a relevância das missões destacadas e o seu impacto no desenvolvimento.

3.2. Etapa 1 : Identificação das necessidades e análise das priori-

Esta primeira etapa constitui a base do processo de planeamento das missões, que visa alinhar as missões de voluntariado com as prioridades nacionais e locais. Compreende quatro fases:

- **Identificação e análise das prioridades:** diagnóstico das necessidades prioritárias através da análise da documentação, observação do ambiente, incluindo os ODS e a Agenda 2063, e discussões com as principais partes interessadas. Resultados: resumo das prioridades, mapeamento das necessidades, base de dados das partes interessadas.
- **Determinação das oportunidades de intervenção:** avaliação das áreas em que o
- **Análise de viabilidade e desenvolvimento do projeto:** avaliação da viabilidade jurídica, técnica, financeira e organizacional. Resultados: documento do projeto com calendário e quadro de medição do desempenho.
- **Mobilização de recursos:** obtenção de recursos, aproveitando o compromisso do governo de mobilizar financiamento adicional.

voluntariado acrescenta valor, priorização dos desafios e eliminação dos setores irrelevantes. Resultados esperados: tabela de oportunidades, quadro de referência para missões típicas.

3.3. Etapa 2: Identificação e avaliação das estruturas de acolhimento

Esta segunda fase constitui a ponte entre a estratégia definida e a sua implementação prática. Tem como objetivo identificar, avaliar e selecionar organizações capazes de acolher voluntários em condições ótimas. Compreende quatro fases:

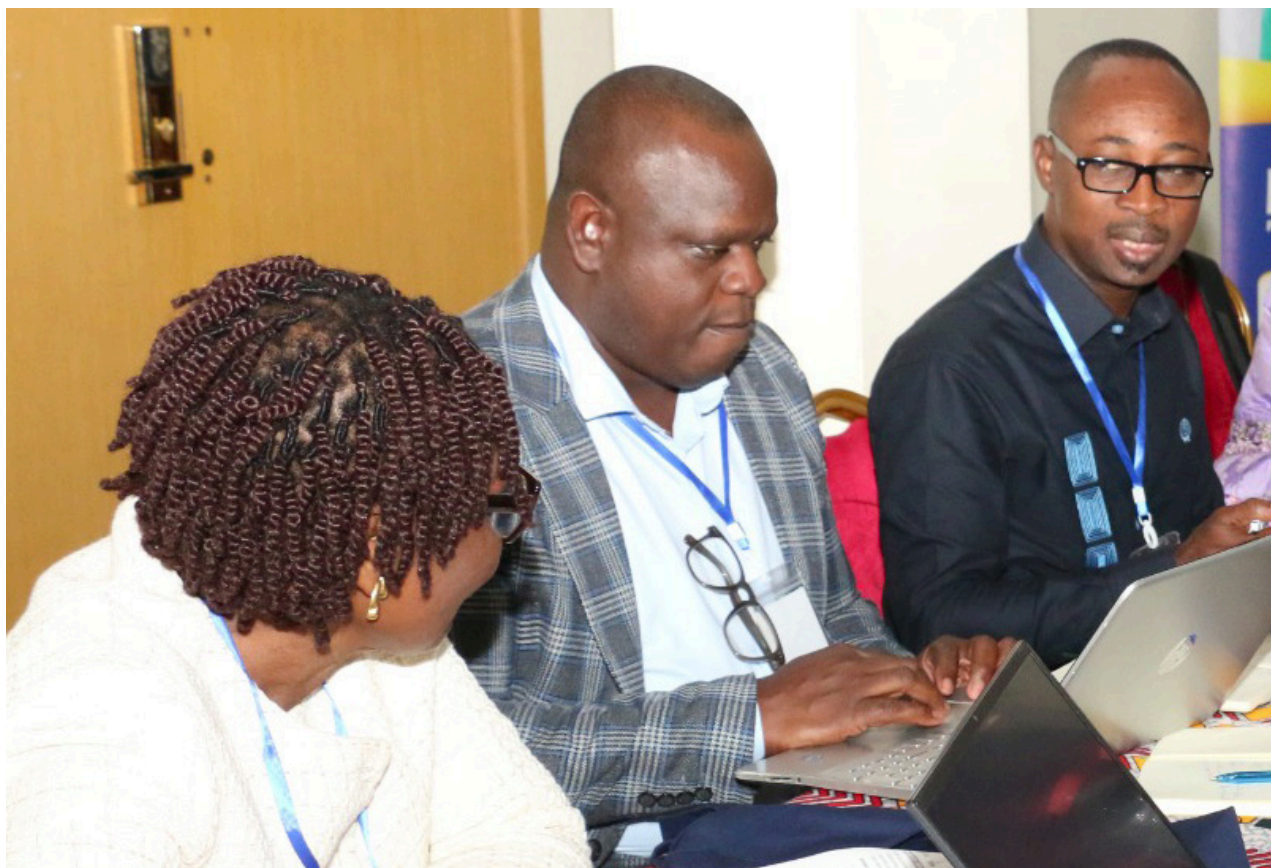
- **Mobilização de potenciais organizações de acolhimento:** ações para suscitar o interesse das organizações através da sensibilização, da prospeção ativa em setores prioritários e da organização de sessões de informação. Resultados: base de dados de organizações interessadas, rede de parceiros alargada.
- **Compilação dos requisitos da missão: recolha metódica dos requisitos expressos** pelas organizações, assistência na formalização dos pedidos e priorização
- **Avaliação das capacidades das organizações candidatas:** pré-avaliação para identificar organizações com potencial promissor, determinação das necessidades de apoio e planeamento do acompanhamento para a obtenção do estatuto de organização de acolhimento.
- **Avaliação aprofundada:** verificação da elegibilidade institucional, análise dos recursos disponíveis e capacidades de gestão. Resultados esperados: relatório de avaliação consolidado, lista de estruturas qualificadas.

de acordo com a relevância e viabilidade. Resultados: base de dados qualificada de missões potenciais, mapeamento dos requisitos por território.

3.4. Etapa 3: Dimensionamento e estruturação da missão

Esta terceira etapa transforma as necessidades validadas e as capacidades de acolhimento avaliadas em missões operacionais concretas, define as modalidades de apoio e estabelece as ferramentas de gestão essenciais. Compreende cinco fases:

- **Estruturação das missões:** formulação de fichas de missão com objetivos mensuráveis, resultados esperados, atividades e indicadores SMART, em consonância com as prioridades nacionais e os ODS. Resultados esperados: quadro lógico validado, fichas de missão estruturadas, plano de medição do desempenho.
- **Conceção do sistema de monitorização e apoio:** implementação de apoio técnico, apoio psicossocial e medidas de segurança em torno de três momentos-chave (pré-partida, durante e pós-missão). Resultados esperados: plano de apoio, protocolos de segurança, sistema de mentoria.
- **Implementação do sistema de monitorização e avaliação:** estabelecimento de um sistema de orientação em tempo real envolvendo todas as partes interessadas. Resultados esperados: sistema operacional, calendário de monitorização, quadro de relatórios.
- **Formulação de fichas de missão contextualizadas:** adaptação às realidades específicas de cada contexto, servindo de referência para o recrutamento, a formação e o apoio.
- **Desenvolvimento de um calendário de implantação:** plano detalhado que incorpora todas as etapas-chave e restrições contextuais.



3.5. Etapa 4: Contratualização

Esta quarta etapa formaliza os compromissos de todas as partes interessadas, de acordo com os quadros legislativos nacionais. Marca o culminar do processo de configuração e o ponto de partida para a mobilização dos voluntários. Compreende duas fases:

- **Discriminação dos compromissos das partes interessadas:** tradução concreta das responsabilidades de cada ator, especificando quem faz o quê, quando, como e com que recursos. Transforma os acordos de princípio em obrigações contratuais através da leitura de acordos-quadro, workshops participativos e desenvolvimento de fichas de responsabilidades. Resultados: acordo de destacamento, contrato de voluntariado,

memorandos de entendimento, tabela de responsabilidades.

- **Assinatura de acordos:** formalização dos compromissos sob a forma de contratos através de sessões de negociação, validação institucional, cerimónia de assinatura e arquivo seguro. Resultados: acordos juridicamente vinculativos, diretório de organizações parceiras, base de dados de missões disponíveis.

No final desta etapa, os programas nacionais terão esclarecido os compromissos, assinado acordos, criado uma rede de parceiros oficialmente comprometidos e estabelecido um quadro jurídico seguro.





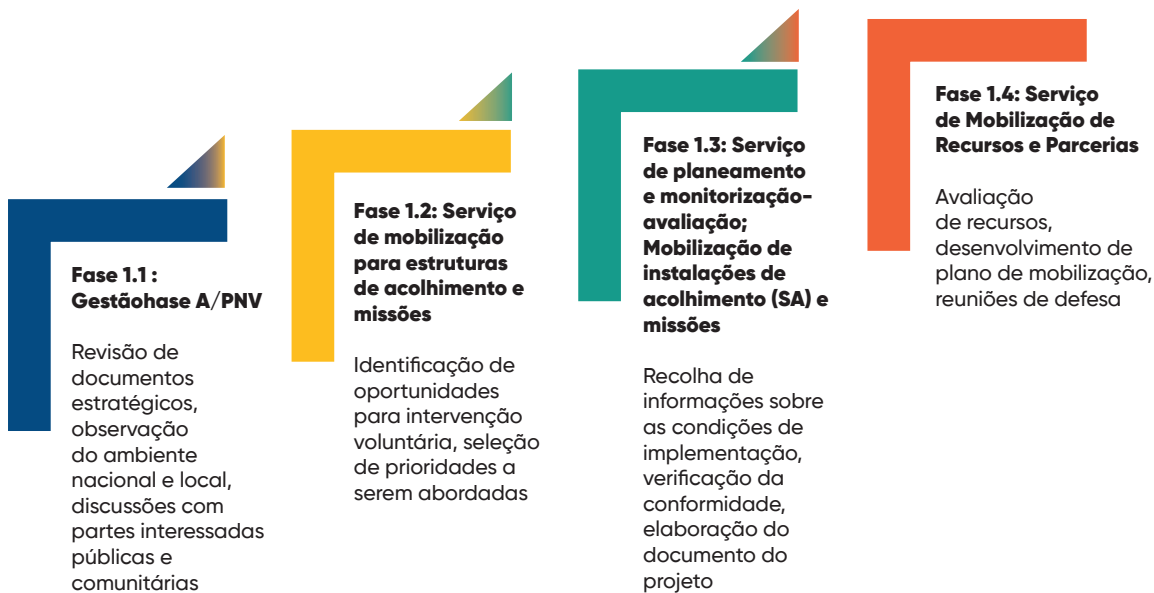


4 --- ATORES ENVOLVIDOS POR ETAPA

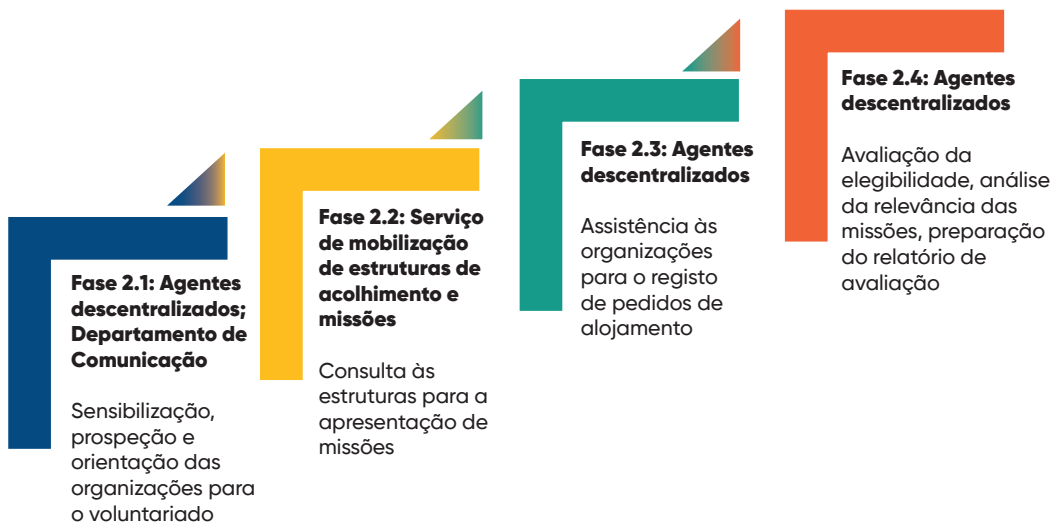
A organização bem-sucedida das missões de voluntariado depende da coordenação de atores com funções complementares dentro de um ecossistema estruturado. Esta secção apresenta um mapa das partes interessadas envolvidas no processo e a distribuição das suas responsabilidades.

O ecossistema do voluntariado mobiliza cinco categorias principais de atores (atores institucionais públicos, organizações de acolhimento, parceiros técnicos e financeiros, atores no terreno, atores de apoio), cujas contribuições se complementam para garantir o sucesso das missões.

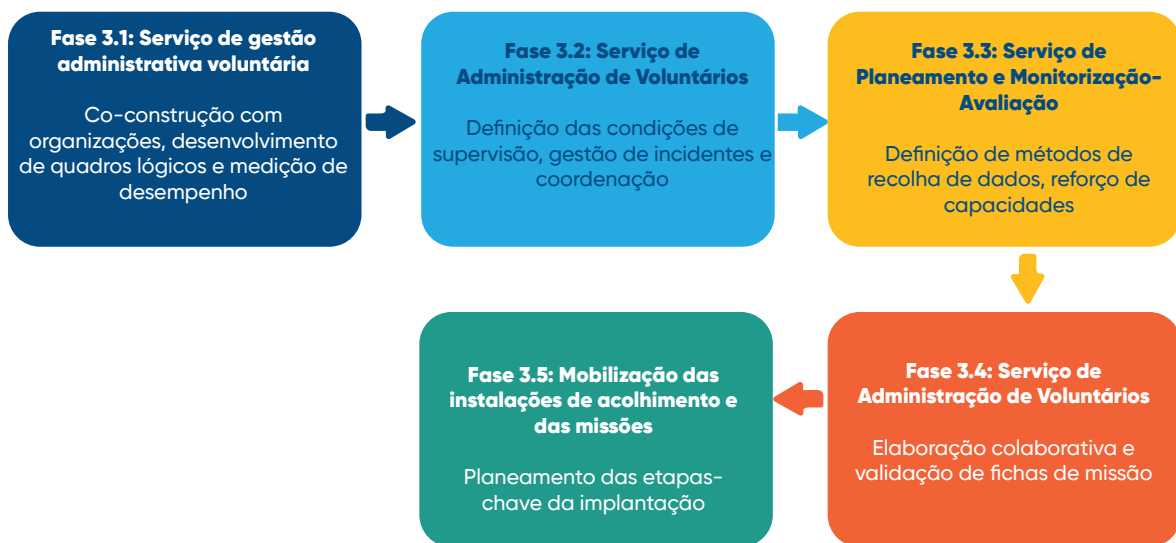
ETAPA 1: Identificação das necessidades e análise das prioridades



ETAPA 2: Identificação e avaliação das organizações de acolhimento



ETAPA 3: Dimensionamento e estruturação da missão



ETAPA 4: Contratualização



Esta distribuição deve ser adaptada às características organizacionais específicas de cada país, mantendo a lógica de coordenação global para garantir a eficácia e a qualidade do processo. O sucesso da missão depende, em última análise, da capacidade de mobilizar

e coordenar esta diversidade de atores em torno de objetivos comuns, respeitando as características específicas de cada um e mantendo a coerência global do sistema nacional de voluntariado.





5 ———— MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

O quadro de organização da missão de voluntariado pretende ser uma ferramenta viva, concebida para evoluir em função do feedback e das mudanças no contexto africano. Esta secção apresenta os mecanismos de atualização e os indicadores de desempenho que garantem a sua relevância ao longo do tempo.

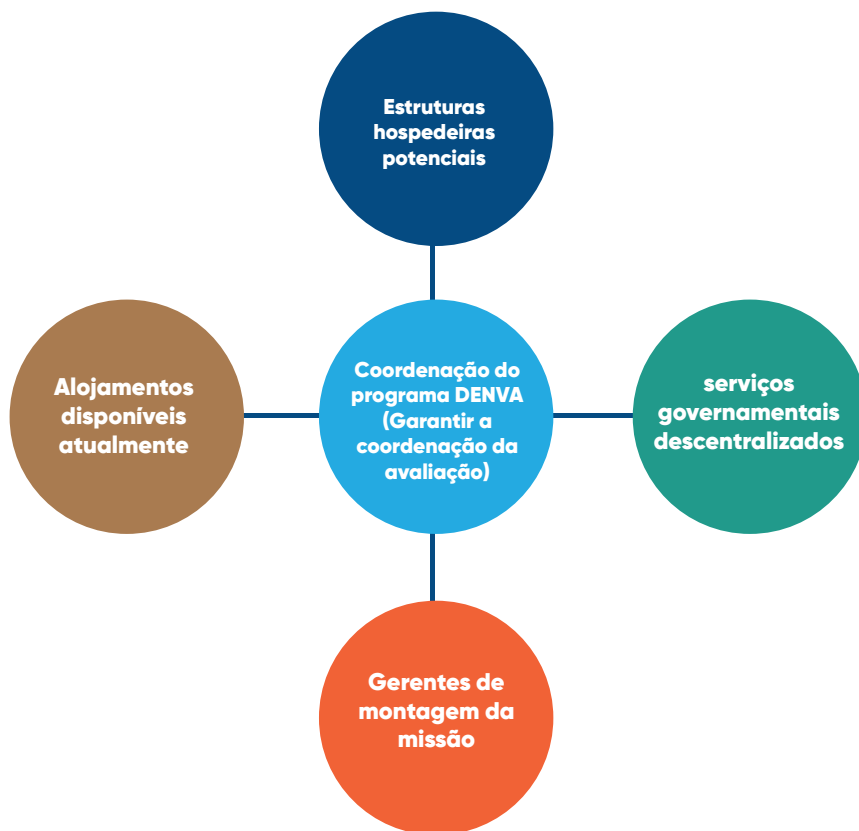
5.1. Objetivos da atualização

A atualização do quadro de referência baseia-se numa abordagem de melhoria contínua que reconhece a natureza evolutiva das práticas de voluntariado. Esta abordagem cria um ecossistema de aprendizagem coletiva, em que as experiências no terreno contribuem para o desenvolvimento da ferramenta. Tem quatro objetivos complementares:

- identificar diferenças e semelhanças na utilização das ferramentas propostas,
- analisar os desafios operacionais encontrados na aplicação do quadro de referência,
- capitalizar as inovações e estratégias de adaptação desenvolvidas pelos utilizadores, e
- otimizar os processos, ajustando os procedimentos com base no feedback.

5.2. Atores envolvidos na atualização

O processo de atualização do quadro de referência depende do envolvimento dos principais intervenientes na cadeia de valor, cuja diversidade é um fator essencial para a sua relevância.



A interação entre estas partes interessadas garante uma visão transversal, fundamentada e em evolução do voluntariado.

5.3. Metodologia de avaliação and approach

A avaliação do quadro de referência baseia-se numa abordagem triangular que recorre a múltiplas fontes. Tem como objetivo produzir uma leitura abrangente, objetiva e contextualizada da implementação efetiva da ferramenta. Três pilares metodológicos complementares estruturam este mecanismo de análise:

- O primeiro pilar é **a recolha participativa de dados junto das partes interessadas**. Realizada no final do ano, baseia-se no feedback dos atores operacionais através de uma ferramenta digital dedicada que recolhe dados detalhados e normalizados sobre cada componente do quadro. Todos os perfis dos atores da cadeia de montagem da missão estão envolvidos, garantindo uma diversidade de pontos de vista e uma ampla cobertura dos contextos de aplicação.
- **A análise documental aprofundada** constitui o segundo pilar. Uma grelha de leitura especializada acompanha sistematicamente a revisão dos relatórios de atividades das organizações para identificar os resultados obtidos, as melhores práticas e as discrepâncias. Esta análise permite consolidar uma base empírica rica, contextualizada e transversal e comparar as perceções subjetivas resultantes da recolha participativa com dados objetivos.
- **O sistema de avaliação multicritério** constitui o terceiro pilar. Ele estrutura a análise de acordo com seis dimensões predefinidas, permitindo uma avaliação abrangente da eficácia e relevância do quadro de referência.

5.4. Procedimento de atualização

Relevância	Consistência	Eficácia
A capacidade do repositório para se adaptar às diferentes realidades dos países africanos e a adequação dos métodos propostos às especificidades culturais, institucionais e operacionais de cada país membro.	Lógica interna da estrutura de quatro níveis: consistência das quatro etapas principais, articulação entre as fases, lógica da sequência de atividades, relações entre os componentes.	Avaliação concreta da eficácia das ferramentas propostas e melhorias reais nas práticas de montagem de missões em cada organização parceira.

Eficiência

Utilização racional dos recursos financeiros, humanos e técnicos em todas as fases da preparação da missão.

Impacto

Alterações no desempenho institucional das organizações que utilizaram o quadro, com base numa análise comparativa antes e depois da sua implementação.

Durabilidade

A capacidade do repositório para gerar mudanças duradouras nas práticas das organizações voluntárias e para manter melhorias ao longo do tempo.

O procedimento de atualização é ativado por um mecanismo de monitorização contínua que identifica disfunções na aplicação do quadro de referência. Esta monitorização baseia-se em duas fontes principais: dificuldades identificadas pelas agências nacionais de voluntariado durante a utilização operacional e análise sistemática do relatório de avaliação anual, que resume as tendências transversais.

A análise dos fatores determinantes examina quatro dimensões críticas que podem afetar a relevância do quadro de referência: mudanças nos quadros jurídicos nacionais e internacionais que regem o voluntariado; transformações nos quadros institucionais, incluindo reformas administrativas e reestruturação organizacional; mudanças no contexto sociopolítico africano que influenciam as condições em que as estruturas de voluntariado operam; e adaptação às novas realidades no terreno que exigem ajustes metodológicos e operacionais.

O processo de atualização colaborativa decorre em quatro fases. A distribuição prévia do relatório de avaliação a todos os membros

da rede DENVA permite às organizações familiarizarem-se com as conclusões e prepararem as suas contribuições técnicas. A consulta participativa comunica as áreas prioritárias para melhoria às organizações membros e facilita a preparação de propostas de mudança. Os workshops técnicos colaborativos reúnem representantes das organizações membros para um processo de co-construção onde a experiência de campo, os conhecimentos técnicos e a análise estratégica convergem para desenvolver alterações ao quadro de referência. A validação institucional confere legitimidade às alterações introduzidas e garante a sua adoção por todo o ecossistema DENVA.

O procedimento de atualização caracteriza-se pela sua flexibilidade operacional, permitindo intervenções direcionadas de acordo com o âmbito e a natureza das necessidades identificadas. São possíveis três níveis de intervenção: atualização ad hoc de um aspeto específico quando as disfunções se limitam a uma área particular (), atualização multidimensional de vários aspetos simultaneamente quando as questões

estão interligadas e atualização abrangente de todo o quadro de referência quando as mudanças contextuais exigem uma grande reformulação estrutural.

Esta abordagem modular garante uma utilização otimizada dos recursos disponíveis, mantendo a coerência global do quadro de referência. Permite uma resposta adaptada à urgência e à escala das alterações necessárias,



CONCLUSÃO

Este quadro de referência para a criação de missões de voluntariado representa um passo significativo na estruturação e profissionalização dos ecossistemas nacionais de voluntariado em África. Resultado do trabalho colaborativo entre doze países parceiros do programa DENVA, propõe uma metodologia harmonizada, respeitando as especificidades de cada contexto nacional.

O quadro dá quatro contribuições importantes aos programas nacionais de voluntariado. Conceptualmente, estabelece um conjunto de definições partilhadas que permitem a todas as partes interessadas falar uma linguagem comum, facilitando o diálogo e reforçando a coerência das intervenções. Metodologicamente, fornece um processo estruturado em quatro etapas e quinze fases operacionais, orientando os profissionais desde a identificação das necessidades até à formalização dos contratos, reduzindo os riscos de improvisação e melhorando a qualidade das missões. Em termos organizacionais, clarifica a distribuição de responsabilidades entre os atores do ecossistema através do mapeamento das partes interessadas e de uma matriz de responsabilidades, promovendo a coordenação e limitando as áreas de confusão. Estrategicamente, posiciona o voluntariado como uma alavanca para o desenvolvimento alinhada com as prioridades nacionais e os ODS, reforçando a sua legitimidade institucional e o seu impacto no desenvolvimento humano, na coesão social e na empregabilidade dos jovens.

A implementação eficaz do quadro depende

de vários fatores-chave de sucesso. Uma liderança institucional forte requer um apoio político claro, o compromisso da gestão da agência e o apoio das autoridades de supervisão. A capacidade técnica suficiente requer equipas formadas e equipadas para cada fase do processo. A coordenação entre as várias partes interessadas requer mecanismos de diálogo e consulta contínuos, uma cultura de colaboração e procedimentos para resolver dificuldades. Recursos suficientes e sustentáveis requerem meios proporcionais às ambições e diversificação das fontes de financiamento. Um sistema de informação eficaz requer ferramentas de gestão e monitorização adaptadas às necessidades operacionais. Uma cultura institucionalizada de qualidade requer um compromisso com a excelência e a melhoria contínua a todos os níveis.

O programa DENVA tem uma ambição transformadora: contribuir para o surgimento de um espaço africano de voluntariado onde os jovens possam envolver-se livremente entre países com o reconhecimento mútuo das suas competências. Esta visão está em consonância com a Agenda 2063 da União Africana. A primeira fase é um laboratório experimental, cujas lições aprendidas irão orientar uma fase mais ampla.

Ao utilizar este quadro, os profissionais estão a contribuir para a consolidação de um ecossistema continental onde a excelência técnica é colocada ao serviço do desenvolvimento humano sustentável.

EQUIPE EDITORIAL

Comissão editorial:

- DOYIGBE Colombe Judith Houevo / AnpE Benigno
- NDONA Ntete Christiane / CNJV RDC
- OUATTARA Katolognan, / OSCN Costa do Marfim
- DJINBE Isabelle / PNV Camarões
- SOUMAH Alkaly / ANVJ Guiné
- DA SILVA Mutaro / Direção da Juventude da Guiné-Bissau
- ABDERRAHMANE Ahmed / PNV WATANOUNA Mauritânia
- DEGUENONVO Georges Armand, Senegal
- KOULI Tchilabalo / ANVT Togo
- N'ZAMBA Flavien / CJV Congo
- BANGANI Nakordja / ANVT Togo
- RASSEMBEYE Telngar / France Volontaires Togo
- DOKU yawo Apelete / France Volontaires República do Gana
- OFOSU-YEBOAH Edward / NYA República do Gana

Com a colaboração de:

- MOUTORE Yentougle, Docente na Universidade de Kara

Sob a supervisão (pesquisa, análise e controle de qualidade) de:

- DEBRIS Thierry, Gerente de programa, Voluntários da França
- AGODE Edem, Diretor de Operações da ANVT
- ALI Edjarè, Coordenador do Programa DENVA / Voluntários da França

Design gráfico / Crédito da foto / Ilustrações : SEMAPHORE

Fevereiro 2026

